

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

LIÇÕES DE  
TEORIA GERAL  
DO DIREITO  
CIVIL

# ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O DIREITO CIVIL</b> .....	7
1. O direito civil como direito privado geral.....	7
1.1. A distinção entre o direito privado e o direito público.....	8
1.1.1. Critérios objetivos .....	8
1.1.2. Teorias subjetivas .....	10
1.1.3. Ponderação crítica .....	11
1.2. O direito civil e os outros ramos de direito privado especiais .....	26
2. O sentido e a intencionalidade do direito civil. Os princípios fundamentais ...	27
2.1. O personalismo ético .....	27
2.2. O princípio da autonomia .....	28
2.2.1. O sentido ético-axiológico da autonomia.....	28
2.2.2. Os instrumentos de realização da autonomia no quadro do direito privado.....	41
a. O direito subjetivo (remissão).....	42
b. O contrato.....	42
2.2.3. O princípio da liberdade contratual.....	48
2.2.4. Contratos de adesão .....	52
2.3. O princípio da boa-fé .....	55
2.3.1. Boa-fé em sentido subjetivo .....	55
2.3.2. Boa-fé em sentido objetivo .....	56
2.3.3. O princípio da confiança.....	60

	•	
2.4. O princípio da responsabilidade .....		63
2.4.1. Modalidades de responsabilidade civil .....		63
a. Plano estrutural.....		66
b. Plano funcional.....		66
c. Plano fundacional/axiológico.....		70
2.4.2. Pressupostos da responsabilidade civil .....		73
2.4.2.1. Responsabilidade extracontratual.....		73
2.4.2.2. Responsabilidade contratual.....		90
2.4.2.3. Responsabilidade pré-contratual .....		90
2.4.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva .....		92
2.5. O princípio da igualdade .....		99
2.6. O reconhecimento da personalidade jurídica e a tutela dos direitos de personalidade .....		120
2.7. A proteção da família .....		121
2.9. A proteção da propriedade privada .....		128
 <b>O Código Civil</b>		
1. Os antecedentes: o Código de Seabra.....		130
2. O Código de 1966.....		138
 <b>CAPÍTULO II</b>		
<b>A RELAÇÃO JURÍDICA .....</b>		<b>147</b>
1. Noção de relação jurídica.....		147
2. Os elementos da relação jurídica.....		150
3. O conteúdo da relação jurídica .....		153
4. O direito subjetivo em sentido amplo.....		153
4.1. A gênese do direito subjetivo .....		153
4.2. A conceptualização germânica e a construção dogmática dos direitos subjetivos privados: a teoria da vontade e a teoria do interesse.....		164
4.3. Do objetivismo moderado de Ihering ao objetivismo radical de Duguit e Kelsen.....		172
4.4. Do individualismo ao personalismo ou a sustentação do direito subjetivo por referência à pessoa .....		183
4.5. O conceito de direito subjetivo .....		195
4.5.1. O poder ou a faculdade .....		196
4.5.2. Reconhecido ou atribuído pela ordem jurídica .....		197
4.5.3. De em princípio livremente.....		198
4.5.4. Modalidades do direito subjetivo (em sentido amplo).....		200
4.5.4.1. Direito subjetivo em sentido estrito .....		200

•

4.5.4.2. Direito potestativo .....	211
4.5.5. Classificação de direitos subjetivos .....	212
5. Outras posições subjetivas .....	215
5.1. Expectativas jurídicas .....	215
5.2. Ônus jurídicos .....	218
6. Os limites do direito subjetivo .....	218
6.1. O abuso do direito .....	218
6.2. Colisão de direitos .....	242
7. A dinâmica da relação jurídica .....	245
7.1. Constituição de direitos .....	245
7.2. Aquisição de direitos .....	246
7.3. Modificação de direitos .....	258
7.4. Extinção de direitos .....	259
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA .....</b>	<b>261</b>
<b>Pessoas singulares</b>	
1. O início da personalidade jurídica .....	262
2. O estatuto jurídico dos nascituros .....	264
2.1. Os nascituros concebidos .....	264
2.2. Nascituros ainda não concebidos .....	300
3. Termo da personalidade jurídica .....	300
4. A ausência .....	301
4.1. Curadoria provisória .....	302
4.2. Curadoria definitiva .....	303
4.3. Declaração de morte presumida .....	304
5. O conteúdo mínimo da personalidade: os direitos de personalidade .....	305
5.1. O surgimento histórico dos direitos de personalidade .....	305
5.2. As objeções levantadas à existência de direitos de personalidade .....	307
5.3. A ponderação crítica das objeções levantadas .....	312
5.4. Características dos direitos de personalidade .....	317
5.5. A tutela <i>post-mortem</i> dos direitos de personalidade .....	322
5.6. Os bens da personalidade e os direitos especiais de personalidade ..	326
5.6.1. Direito à vida .....	326

5.6.2. O direito à integridade física .....	335
5.6.3. Direito à integridade psíquica.....	336
5.6.4. Direito à integridade moral.....	337
5.6.5. Direito à identidade .....	363
5.6.6. Direito à imagem .....	363
5.6.7. Direito à privacidade.....	365
5.6.8. Direito à honra .....	370
5.6.9. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade .....	373
6. A capacidade: capacidade de gozo e capacidade de exercício .....	384
7. Menoridade .....	385
8. Acompanhamento de maiores .....	406
9. Legitimidade .....	457

### Pessoas coletivas

1. Noção e natureza.....	459
2. Elementos da pessoa coletiva .....	463
3. Formação das pessoas coletivas.....	477
4. Classificações de pessoas coletivas .....	478
5. Tipologia de pessoas coletivas .....	481
6. Capacidade de gozo das pessoas coletivas.....	483
6.1. O artigo 160.º CC.....	484
6.2. O princípio da especialidade do fim.....	488
6.2.1. Posições doutrinárias .....	488
6.2.2. Posições jurisprudenciais (em sentido lato) .....	492
6.2.3. Proposta interpretativa em matéria de especialidade do fim.....	496
a. O fundamento do princípio da especialidade do fim .....	496
b. Capacidade e legitimidade .....	499
c. Categorias de atos e os atos em concreto. A eficácia do princípio da especialidade.....	500
d. Fim e objeto: a diferente relevância. O caso particular das associações e fundações.....	504
7. A capacidade de exercício das pessoas coletivas.....	507
8. Responsabilidade civil das pessoas coletivas .....	508
8.1. A responsabilidade extracontratual das pessoas coletivas.....	509
8.2. Responsabilidade contratual das pessoas coletivas .....	514
8.3. Outros problemas de responsabilidade.....	522
9. A desconsideração/o levantamento da personalidade coletiva — breve excursão .....	524

### Outros sujeitos da relação jurídica?

1. Os animais como sujeitos de direitos?.....	527
---	-----

2. A existência de pessoas eletrônicas? Reflexões em torno da inteligência artificial.....	538
CAPÍTULO IV	
O OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA .....	541
1. Considerações genéricas .....	541
2. Os possíveis objetos da relação jurídica.....	542
CAPÍTULO V	
O FACTO JURÍDICO .....	547
1. Noção. Factos relevantes e irrelevantes do ponto de vista jurídico. Factos involuntários e voluntários. Simples atos jurídicos e negócios jurídicos .....	547
2. O negócio jurídico.....	550
3. Modalidades/classificações de negócios jurídicos.....	563
3.1. Critério do número, sentido e modo de articulação das declarações negociais que integram o negócio.....	563
3.2. Critério da constituição .....	566
3.3. Critério da natureza da relação jurídica constituída, modificada ou extinta pelo negócio jurídico .....	568
3.4. Critério da natureza da relação jurídica a que o negócio se refere, do ponto de vista da possibilidade de ser avaliável em dinheiro.....	568
3.5. O critério do conteúdo e finalidade do negócio .....	568
3.6. Critério do momento da produção de efeitos jurídicos .....	596
3.7. Critério do risco e da importância patrimonial do negócio .....	597
3.8. Critério da forma.....	599
3.9. Critério da relevância da relação jurídica que constitui a sua causa.....	599
4. Formação do negócio jurídico.....	601
4.1. Declarações negociais ou declarações de vontade .....	602
4.1.1. Noção.....	602
4.1.2. Tipos de declarações negociais .....	604
4.1.3. Declaração negocial presumida e declaração negocial ficta .....	605
4.1.4. Protesto e reserva .....	605
4.1.5. O silêncio .....	605
4.2. A forma do negócio jurídico.....	607
4.2.1. O princípio da liberdade de forma e as exceções .....	607
4.2.2. Tipos de forma .....	608
4.2.3. O âmbito da forma legal exigida.....	621
4.2.4. Consequências da inobservância da forma.....	622
a. Forma legal .....	622
b. Forma convencional.....	624

	•	
4.3. A perfeição negocial.....		624
5. Interpretação e integração dos negócios jurídicos .....		634
5.1. Interpretação, interpretação complementar e integração: a natureza jurídica .....		634
5.2. A teoria da impressão do destinatário e os limites do artigo 236.º CC.....		648
5.3. Os casos duvidosos .....		652
5.4. Os desvios à teoria da impressão do destinatário .....		653
5.4.1. No sentido de um maior objetivismo.....		653
5.4.2. No sentido de um maior subjetivismo: o caso dos testamentos .....		654
5.5. A integração do negócio jurídico.....		655
6. Divergências entre a vontade e a declaração .....		657
6.1. Simulação.....		661
6.1.1. Noção e elementos .....		661
6.1.2. Modalidades .....		669
6.1.3. Regime .....		670
6.1.3.1. O negócio simulado .....		670
6.1.3.2. O negócio dissimulado.....		677
6.1.4. A prova da simulação .....		680
6.2. Reserva mental .....		681
6.2.1. Noção.....		681
6.2.2. Modalidades .....		684
6.2.3. Regime .....		685
6.3. Declarações não sérias.....		689
6.3.1. Noção.....		689
6.3.2. Regime .....		691
6.4. Coação física ou coação absoluta.....		695
6.4.1. Noção.....		695
6.4.2. Regime .....		696
6.5. Falta de consciência da declaração .....		697
6.6. Erro obstáculo ou erro na declaração .....		703
6.6.1. Noção e regime.....		703
6.6.2. Erro de cálculo ou de escrita.....		706

•

6.6.3. Erro na transmissão da declaração.....	706
7. Vícios da vontade.....	708
7.1. Erro-vício.....	709
7.1.1. Noção .....	709
7.1.2. Modalidades.....	709
7.1.2.1. O erro sobre a pessoa do declaratário .....	710
7.1.2.2. Erro sobre o objeto .....	711
a. O erro sobre medida do objeto.....	714
b. O erro sobre o valor .....	717
c. O erro sobre as qualidades que aumentam o valor da coisa .....	724
7.1.2.3. Erro sobre os motivos .....	731
7.1.3. Regime do erro-vício .....	735
7.1.3.1. Requisitos gerais de relevância do erro-vício.....	735
7.1.3.2. Requisitos especiais de relevância do erro .....	743
7.1.4. A anulabilidade do negócio e responsabilidade civil.....	748
7.1.5. O erro na contratação eletrônica .....	748
7.2. Dolo .....	755
7.2.1. Noção.....	755
7.2.2. Elementos e requisitos de relevância.....	755
a. Dolo ativo e dolo omissivo .....	755
b. A relação entre o dolo (vício da vontade) e o dolo forma de culpa. O problema da indução negligente em erro .....	756
c. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i> .....	792
d. Dolo essencial e dolo incidental.....	795
7.3. Regime.....	795
7.3.1. O dolo do declaratário.....	795
7.3.2. O dolo de terceiro.....	795
7.4. Coação moral ou relativa.....	796
7.4.1. Noção .....	796
7.4.2. Regime .....	797
7.4.3. A aplicação analógica do regime da coação moral.....	798
7.5. Estado de necessidade .....	812
7.5.1. Noção e requisitos de relevância .....	812

•



7.5.2. Regime .....	818
7.5.3. A usura e a ofensa dos bons costumes.....	818
7.6. Incapacidade acidental .....	819
8. Alteração superveniente das circunstâncias.....	820
9. Objeto e conteúdo do negócio jurídico.....	828
9.1. Considerações genéricas .....	828
9.2. Possibilidade física e legal.....	829
9.3. Não contrariedade à lei: licitude.....	842
9.4. Determinabilidade.....	843
9.5. Conformidade aos bons costumes .....	844
9.6. Conformidade à ordem pública .....	845
10. Cláusulas acessórias típicas .....	846
10.1. Condição .....	846
a. Noção; requisitos; modalidades .....	846
b. Aponibilidade da condição .....	847
c. Validade e invalidade da condição .....	848
d. Condição suspensiva.....	850
e. Condição resolutiva.....	851
f. A boa-fé ao nível do regime da condição .....	851
10.2. Termo.....	851
10.3. Cláusula modal ou modo.....	852
10.4. Cláusulas de exclusão e de limitação da responsabilidade .....	854
10.5. Cláusula penal.....	867
10.6. Cláusulas de <i>no consequential loss</i> .....	869
a. A doutrina do dano direto e imediato e a adequação .....	870
b. A mudança de perspectiva em matéria de causalidade .....	876
c. A causalidade fundamentadora da responsabilidade e a causalidade preenchedora da responsabilidade .....	880
d. O problema dos danos reflexos .....	884
e. O problema como um problema de interpretação das declarações negociais	885
f. O problema da validade .....	886
10.7. Cláusulas sole remedy .....	888
10.8. Cláusulas basket amount .....	897
11. Representação .....	898
11.1. Noção, elementos e modalidades .....	898
11.2. Legitimação representativa .....	904
11.3. Representação sem poderes e abuso de representação.....	904
11.4. O negócio consigo mesmo.....	907
11.4.1. Considerações gerais .....	907

## ÍNDICE

•	
11.4.2. A <i>ratio</i> do negócio consigo mesmo.....	910
11.4.3. O conflito de interesses e a extensão teleológica do artigo 261.º CC	914
11.4.3.1. As respostas da jurisprudência.....	914
11.4.3.2. Os diversos argumentos.....	916
a. O argumento metodológico — a interpretação da norma.....	916
b. O argumento sistemático — outras hipóteses de conflito de interesses no direito privado.....	920
i. O poder paternal e a tutela.....	920
ii. Os maiores acompanhados e o artigo 150.º CC.....	922
iii. O artigo 397.º CSC e os negócios dos administradores com a sociedade	923
11.4.3.3. A interpretação do artigo 261.º CC à luz da consideração do conflito de interesses.....	932
12. Ineficácia e invalidade do negócio jurídico.....	935
12.1. Considerações gerais.....	935
12.2. Invalidade. Modalidades.....	936
12.3. A inexistência.....	939
12.4. A relação de liquidação.....	942
13. Redução e conversão dos negócios jurídicos.....	964
14. Formas de cessação dos efeitos do negócio jurídico.....	966
Índice.....	969



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)